

# Militares dão seu apoio

ALFREDO LOBO  
Repórter Especial

Palácio do Planalto e os estrategistas militares no Governo são atualmente os maiores cabos eleitorais do deputado Ulysses Guimarães para fortalecer sua posição de condestável da República durante o processo constituinte. Esta análise é, agora, corrente entre os políticos, enquanto o presidente do PMDB enfrenta o Senado e correntes partidárias para, ao mesmo tempo, ser presidente da Constituinte, garantir seu funcionamento livre e soberano e continuar como substituto direto do presidente José Sarney.

Soa paradoxal que Sarney — a quem se atribui o interesse de governar seis anos e muito desconforto pela postura de condestável assumida por Ulysses desde a morte de Tancredo Neves — derrame água no moinho de quem batalha pela redução de seu mandato para quatro anos com a intenção de sentar-se mais rapidamente na cadeira presidencial.

No entanto, o raciocínio dos estrategistas tem lógica. Sarney, abalado pela instantânea queda de seu prestígio popular na esteira do pacote econômico que reformou o Plano Cruzado, estaria agora convencido de que sua legitimidade e sua estabilidade dependem do aval do PMDB vitorioso nas urnas e, especialmente, do deputado Ulysses Guimarães. Este, apesar de respingado pela impopularidade do pacote, seria ainda o maior — se não o único — herdeiro da credibilidade da Nova República.

Acima do aspecto político, o sistema militar preocupou-se seriamente com a instabilidade institucional revelada pelos distúrbios de Brasília. Representado no governo de transição por força dos acordos costurados com a Velha República pelo presidente Tancredo Neves, o pensamento militar — que é permanente — entendeu necessário reforçar, concomitantemente, sua própria posição e também o poder civil. Nas comemorações da Intentona de 35, o ministro interino do Exército, general Sebastião Ramos de Castro, ouviu balizar a Constituinte em sua ordem do dia, afirmando que o comunismo foi, é e será sempre inaceitável para os militares. Em seguida, Sarney defendeu publicamente, pela primeira vez, a manutenção das Forças Armadas como tutoras da ordem interna, tal como está na Constituição atual e como não querem na Nova Constituição as chamadas alas progressistas. A colocação das tropas na rua, em Brasília, não foi fortuita, mas intencional.

Por outro lado, os militares tratam de reforçar o poder civil nesta hora de crise porque

não querem meter a mão na massa outra vez — e os políticos, mesmo os de esquerda, reconhecem isso. Daí a estratégia de cooptar o deputado Ulysses Guimarães — para eles e para Sarney um político "confiável" — que tem um discurso progressista e hoje se aproxima da esquerda do PMDB, mas que do ponto de vista ideológico é um homem conservador, oriundo do velho PSD tanto quanto Tancredo Neves. Capaz, portanto, de seduzir e conduzir a população mais carente e a cidadania em ebulição por caminhos aceitáveis de reformas sociais sem revolução nem retrocesso.

Este casamento do Palácio do Planalto e do pensamento militar com o PMDB de centro-esquerda já foi detectado pelo PFL — e não é à toa que os liberais, a despeito das juras de Sarney em defesa de Marco Maciel e demais ministros pefelistas, saem a público ao mesmo tempo defendendo o mandato de seis anos e ameaçando passar para a oposição.

Obviamente Ulysses não se deixou cair em tentação quando lhe acenaram com uma eleição indireta para a vice-presidência da República. Sem meios regimentais para derrotar os senadores na questão do funcionamento exclusivo da Constituinte — que considera fundamental, tanto para a elaboração de uma Constituição de cunho social, apesar da propalada maioria direita quanto para preparar seu próprio caminho em direção à Presidência da República —, Ulysses e seus fiéis seguidores na Câmara impediram a votação do projeto de resolução que garantia o funcionamento normal do Congresso no próximo ano.

Mantém aberta a possibilidade de candidatar-se à reeleição como presidente da Câmara, que acumularia com a da Constituinte; não descarta a hipótese de continuar como presidente do PMDB; persiste na esperança de, por decisão da Constituinte, assegurar que os senadores não terão, pela manipulação da legislação ordinária, poderes maiores que os deputados; vê com satisfação a Câmara reagir à posição assumida pelos senadores com uma campanha — lançada pelo deputado Gastone Righi, líder do PTB — pela pura e simples extinção do Senado pela Constituinte. Essa legislação, herança ainda do regime militar e do voto vinculado, termina com o m.érito indiscutível de haver propiciado, no Colégio Eleitoral, a vitória da transição pacífica para a democracia. Mas quem capitalizou isso, foi o deputado Ulysses Guimarães, candidato impetore de Sarney e da cúpula militar.